

FACES DA CULTURA NO BRASIL IMPERIAL

META

Estimular o interesse pelo estudo da cultura brasileira, indicando algumas possibilidades de abordagem do tema.

OBJETIVOS

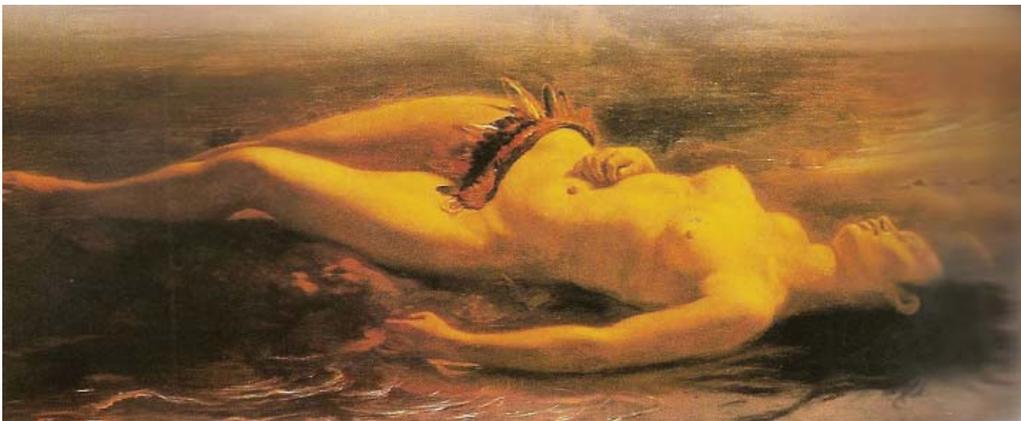
Ao final desta aula, o aluno deverá:

analisar a educação como uma das vertentes no estudo da cultura brasileira no século XIX.

refletir sobre o papel desempenhado pela nascente burguesia no plano cultural.

indicar nomes representativos da cena cultural no Império, incentivando a pesquisa sobre sergipanos que nela se destacaram.

analisar a busca de uma identidade nacional para o Brasil no período em estudo.



Moema, de Victor Meirelles. (Fonte: Bueno, 2002, p.200).

INTRODUÇÃO

Caro aluno. Vimos, na aula passada, que as mudanças ocorridas no país com a instalação da Corte portuguesa, e depois com a Independência, não afetaram de imediato a organização da sua sociedade, que se manteve escravista e patriarcal. Vimos, ainda, que só a partir da segunda metade começou a se esboçar uma nova ordem social, a qual só veio a tomar formas definitivas nas primeiras décadas do século XX.

O que se observa também no caso da cultura é a predominância de fortes traços da herança colonial na primeira metade do século XIX, substituídos depois disso por novos elementos, cuja presença, nas mais diversas manifestações, vai se tornando manifesta pelo menos desde 1870.

Para a análise do assunto hoje em pauta escolhemos como roteiro um texto de Nelson Werneck Sodré, extraído do livro *Síntese de História da Cultura Brasileira*, completado com uma breve análise da questão da identidade nacional, baseada em capítulo do livro de Mary Del Priore e Renato Venâncio, *Uma Breve História do Brasil*.

UMA LEITURA SOBRE A CULTURA BRASILEIRA NO IMPÉRIO

Cultura – Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica; progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc., e as instituições correspondentes. Entre os índices mais importantes do nível cultural, em determinada etapa histórica, é preciso notar o grau de utilização dos aperfeiçoamentos técnicos e dos desenvolvimentos científicos na produção social, o nível cultural e técnico dos produtores dos bens materiais, assim como o grau de difusão da instrução, da literatura e das artes entre a população. (Sodré, 1970, p. 3-4).

Partindo da definição reproduzida no parágrafo anterior, Nelson Werneck Sodré analisa a evolução da cultura brasileira dividindo-a em três fases: a da Cultura Colonial, cujo limite considera que se estende até mais ou menos 1750; a da Cultura de Transição, situada entre 1750 e 1930; e

a da Cultura Nacional, em vigor a partir de então. Considerando que o objeto do nosso interesse é o Brasil do século XIX, vamos destacar apenas a parte da segunda fase – a da Cultura de transição –, correspondente ao período citado.

Inicialmente, é importante registrar o destaque dado pelo autor a uma camada intermediária entre a classe dos senhores e a dos escravos, uma pequena burguesia, cujo aparecimento precoce considera uma “peculiaridade do desenvolvimento histórico brasileiro”. Para Sodré, essa pequena burguesia “constitui a área em que a cultura encontra clima e se desenvolve”, desde meados do século XVIII.

Nela recrutam-se os letrados, os funcionários, os religiosos, todos aqueles que necessitam dos conhecimentos, em qualquer escala – quase sempre em escala rudimentar – e que têm receptividade, em parte, para as manifestações artísticas, a que a vida urbana em desenvolvimento proporciona as condições iniciais de existência. Essa a estrutura da sociedade, no Brasil, ao chegar [...] a corte do Príncipe D. João.

Trata-se de uma sociedade em que a cultura, como forma de conhecimento ou como prenda – não importa – começa a encontrar espaço, a despertar interesse e em que manifestações artísticas – na torêutica, na escultura, na arquitetura, na ourivesaria, nas letras – encontram apreço na camada intermediária e, em parte, na classe dos senhores – pelo menos como motivo de ostentação – de forma a desenvolver-se, distinguindo socialmente os que nelas mais se destacam e tendo em comum com os lazeres da classe dominante, salvo quando se aparenta ao artesanato, o traço de não surgir do trabalho físico, de contrastar com ele, de ser própria de homens livres. Como, nas cidades, acompanhando o desenvolvimento comercial, a instrução começa a expandir-se, como exigência utilitária ou como distinção de classe, cresce o número dos que a procuram e, com isso, também os dos que a ministram. Nas casas senhoriais de fazendas, estâncias e engenhos, como nos sobrados ou solares urbanos, começa a generalizar-se o uso de instrumentos musicais, iniciando com os cravos, para, adiante, generalizar-se nesse instrumento que se tornou típico da educação feminina na classe superior: o piano. Se os sobrados e solares não apresentam, do ponto de vista artístico, nada que mereça apreço maior, a verdade é que as artes plásticas esplendem nas igrejas, em que pompeia o fausto do barroco. Com a transferência, por força das necessidades administrativas geradas pela mineração, da sede do governo colonial do Salvador para o Rio de Janeiro, a cidade passa de porto humilde, com cerca de 25.000 habitantes, ao burgo de 50.000 que a corte bragantina atulhará com o numeroso séquito dos fidalgos e o funcionalismo que vem prover um aparelho de Estado que cresce depressa, necessitando

residências, palácios, repartições, espaço nas ruas para as carruagens, divertimentos públicos e de salão.

Quando a corte lusa chega ao Brasil, encontra os monumentos do barroco já marcando a paisagem, com o seu traço particular, distinguindo-se dos modelos originários, obra de artistas de origem humilde, os pintores baianos do nível de Manuel da Costa Ataíde, os santeiros do tipo de Manuel de Meneses da Costa, mestres toreutas como João Batista Gomes, que manteve, em Vila Rica, uma escola em que se formaram artistas da qualidade de um Antônio Fernandes Rodrigues e particularmente de um Antônio Francisco Lisboa, artistas que quebrariam a uniformidade do barroco de importação, apresentando contribuição inovadora. Grande parte dos toreutas, santeiros, ourives, ficou desconhecida, numa época em que a autoria carecia de importância, em que, vindos de camadas inferiores, esses mestiços de talento eram vistos como simples artesãos. É uma arte que, fugindo às casas dos senhores e aos palácios das autoridades, acolhe-se aos templos e aos claustros.

Dois aspectos se destacam, no impulso dado à cultura, quando do governo Joanino, aspectos especificamente quantitativos: as atividades ligadas ao conhecimento do país, particularmente pelo levantamento das variedades de plantas e animais, e o incentivo dado às expedições científicas, logo adiante, e no mesmo rumo de acumulação informativa; e as atividades ligadas ao provimento de modelos europeus e ao recrutamento de discípulos, de que foram manifestação concreta a fundação de escolas de arte e de museus e a contratação de mestres estrangeiros. Esses dois aspectos, cuja benemerência não pode ser posta em dúvida, assinalam, a transplantação que, conjugada à alienação, necessariamente, já no alvorecer do século XIX, persiste como decorrência das condições objetivas então reinantes. Aqueles conhecimentos de ordem quantitativa que costumam ser arrolados sob o título genérico de História Natural são, no dizer de um mestre, dos que exigem pouco da faculdade de raciocínio e estão ao alcance “dos que, sem ter, por falta de vocação ou de instrução geral, altas capacidades de acompanhar idéias abstratas, são dotados de um grande amor pela ciência e de um sincero desejo de servi-la”. Assim é que a época assinala a atividade de naturalistas como Manuel de Arruda Câmara, frei Leandro do Sacramento, frei Custódio Alves Serrão; marca a passagem dos primeiros cientistas estrangeiros que buscam material, homens da categoria de Humboldt e do príncipe de Wied-Neuwied, predecessores dos que, às vésperas da autonomia, como Spix, Martius e Sain-Hilare, constituíram as sucessivas expedições que cortaram o território brasileiro no século XIX.

Quanto ao provimento de modelos e de mestres, o impulso joanino ficou marcado pela iniciativa de trazer a missão francesa, encabeçada por J. Lebreton, constituída pelos pintores J. B. Debret e Nicolau

Antônio Taunay, pelo arquiteto Grandjean de Montigny, pelo gravador Carlos Simão Pradier, e outros, inclusive mestres de ofícios. Esses artistas constituíram o núcleo docente da Academia de Belas Artes que, na realidade, começou a funcionar em 1826. Ora, o peso de um grupo de artistas desse porte, operando por força do aparelho oficial de transmissão sistemática da cultura, viria interromper a tradição da arte colônia. Os discípulos, aliás, pouco numerosos, recrutados com dificuldade, completam estudos na Europa, via de regra, e são dóceis acompanhantes dos modelos externos, reforçando, portanto, o traço essencial de transplantação e de alienação, fundidos e confundidos. O que importa, realmente, como início, ainda que tímido, apoucado, é a abertura que se delineia com a fundação da imprensa, em 1808, lançado o primeiro jornal, impressos os primeiros livros, organizada a primeira biblioteca destinada ao público, criados os primeiros cursos superiores, principalmente aqueles destinados à formação de quadros militares. Voltada para atendimento de exigências imediatas e práticas, a reforma joanina rompia, assim, com o sentido escolástico e literário da época colonial. O imediatismo e o praticismo, entretanto, pretendiam apenas substituir aquele sentido, como outra forma de alienação, para atender necessidades do aparelho colonial de dominação, sem despertar a centelha da curiosidade e a inquietação que o conhecimento proporciona e que, normalmente, se constitui em fermento da rebeldia. Essa rebeldia encontrava o seu momento e suas formas de manifestação, apesar de tudo, na eloquência sagrada e profana e na imprensa.

Oradores sacros como Souza Caldas, Francisco de Sampaio e o maior de todos, Mont’Alverne, atraem as atenções. Na imprensa, Hipólito da Costa discute problemas; logo, Joaquim Gonçalves Ledo dará novo sentido a tais discussões. A estrutura social sentia o abalo do processo político em andamento, em ritmo cada vez mais acelerado. Dentro em pouco, a autonomia era colocada no palco.

Em seu processo, a “classe culta” teria papel destacado, dando expressão política aos interesses da classe dominante senhorial, que comanda os acontecimentos. Numa estrutura social como a existente no Brasil do início do século XIX, a camada intermediária, em que são recrutados os intelectuais, deveria depender da classe dominante, cujos padrões aceita e consagra. Nada a aproxima das classes dominadas, que fornecem o trabalho. O próprio trabalho degrada socialmente e só pode ser entendido como trabalho físico, pertencendo ao escravo [...] Sendo negro o escravo [...] além do traço de classe, acentuando-o, aparecia o rótulo da cor, confundindo apesar de tudo o problema. Se o trabalho degrada, o ócio enobrece e constitui inconfundível traço de classe. Diferente do trabalho físico – nem mesmo tida como trabalho – a atividade intelectual não era incompatível com os padrões da classe dominante e se apresentava mesmo como destinada a preencher lazeres, quando consumida,

e a constituir ornamento, quando exercida. Assim, a atividade do espírito podia ser praticada sem desdouro, pelos elementos da camada intermediária, que respeitavam os padrões da classe dominante [...] A atividade intelectual, que chega demasiado tarde na colônia, apresenta-se, então, aos elementos da camada intermediária, como via de acesso social, e a cultura é apreciada tão somente nesse sentido, cultivada para ser ostentada, exteriorizada, não para prazer próprio ou pela utilidade em si. Se ela não permitia ingressar nas camadas superiores – após a autonomia, aliás, permitiu o ingresso na nobreza de títulos – permitia o acesso às funções não maculadas pelo trabalho físico e por isso mesmo próprias para resguardar o decoro de cada um. A cultura que tinha por finalidade não o saber, mas o diploma – que funcionava como título de enobrecimento – seria, conseqüentemente, “literária e abstrata”, transmitida “por métodos que se baseavam, não sobre a ação e o concreto, mas sobre a leitura, o comentário e a especulação”, destinando-se, assim, “a formar pregadores, letrados e eruditos” que, com o título, aspiravam às profissões liberais e aos empregos públicos. Nada teria de surpreendente, pois, que o elemento dotado de cultura fosse o intérprete natural dos interesses da classe dominante, no tormentoso processo de autonomia.

A aplicação crescente das letras ao jornalismo político (que atravessa sua fase esplendorosa na época da Regência, prolongando-se até o fim da primeira metade do século XIX), à eloqüência parlamentar (em que o relevo era dado pela facilidade retórica, pelo uso continuado da tribuna), à atividade judiciária, dão extraordinária significação ao papel dos cursos jurídicos em que, um lustro após a autonomia, a classe dominante forma os quadros de que necessita para operar o aparelho de Estado. Os debates parlamentares de que resultou a fundação daqueles cursos, até mesmo no detalhe da discussão relativa às cidades em que deveriam ser instalados, são significativos do sentido a que obedecerão. Por circunstância que não importa em coincidência, os dois cursos instalam-se em antigos conventos, em São Paulo e em Olinda, “como símbolo da superposição das duas culturas, a religiosa e a profissional que lhe sucede, substituindo o espírito eclesiástico pelo espírito jurídico”. Esses cursos, como fora previsto, tornam-se provedores de quadros às assembleias e ao governo das províncias e do país. Mas não foi a antecedência deles – os militares já haviam surgido e até o das artes plásticas – que fundamentou a superioridade do saber jurídico sobre as demais formas do saber. Foi a estrutura social apoiada no regime escravista [...] que causou e manteve essa superioridade, ligada, assim, ao tipo de cultura aqui gerado e desenvolvido.

A tantos aspectos negativos de que têm sido acusados os cursos jurídicos, em sua unilateralidade ou em sua preponderância – e que devem ser historicamente situados, - há que juntar um

aspecto positivo sempre esquecido. É que tais cursos forneceram paralelamente – e, até o fim da fase de que nos ocupamos, unicamente – aqueles conhecimentos, ainda que em nível rudimentar, que seriam fornecidos, adiante, pelas Faculdades de Filosofia, isto é, o saber universal, humanístico, filosófico – com alguma licença nessas qualificações. De sorte que os bacharéis não se habilitavam apenas ao exercício profissional, mas às letras, ao jornalismo, à política, ao magistério, ao falar nas funções públicas. Não espanta que nos cursos jurídicos encontrassem eco especial as atividades mencionadas, de que ali se fizesse o noviciado, que tornavam estes cursos focos de idéias e de irradiação de campanhas, não esquecendo o papel, que tiveram, de unificadores da cultura, pela aproximação de elementos das mais diversas regiões do país, a que retornavam muitos com as marcas dessa formação.

O aparecimento, de forma sistemática, do bacharel ao lado do sacerdote – que, antes, constituía quase o único elemento dotado de cultura e utilizando a cultura – importa, realmente, na laicização desta. Marcharão juntos, agora, letrados e padres, no largo desenvolvimento da cultura européia transplantada, de que o Brasil é palco, no século XIX e decênios iniciais do século XX. Recrutados na camada intermediária, já com as características de pequena burguesia, a partir do século XIX, padres e letrados ocupam a área política, nela exercendo influência e função preponderante, acompanhados, a certa distância, no século XIX, pelos militares. Expressam os anseios da classe senhorial, como ficou dito: “Em boa parte, os elementos dotados de dimensão intelectual, aqueles que poderiam, como demonstraram, cuidar de idéias e de transformações políticas, estavam vinculados à classe proprietária, e não seriam senão os seus intérpretes, de forma consciente ou de forma inconsciente. Aqueles que pertenciam à classe média, que se esboçava apenas, e não tinha função específica no conjunto, dependiam de tal forma da classe dos senhores de terras e de escravos que não falavam ou escreviam como homens de sua classe, mas como homens da classe superior com a qual, no fundo, desejavam identificar-se”. [...]

Os elementos letrados, leigos e religiosos, oscilam entre dois pólos: as duras exigências práticas oriundas dos interesses da classe dominante, de senhores de escravos [...], e as fascinantes influências teóricas oriundas do pensamento europeu, da área onde a revolução burguesa havia subvertido os padrões culturais e forjado novo conteúdo ideológico. À transplantação da cultura metropolitana, que definiria a primeira fase, sucedera-se a transplantação da cultura européia. Aquela correspondia a uma sociedade feudal; esta, a uma sociedade em que se alastravam agora relações capitalistas. A transplantação da cultura metropolitana, operada numa fase em que havia identidade de interesses entre as classes dominantes na metrópole e na colônia – e quando as necessidades culturais aqui eram mínimas – não

defrontara grandes problemas, nem deparara graves contradições. Não acontecia o mesmo agora, nessa segunda fase: a cultura peculiar à classe dominante colonial era uma; aquela que vinha sendo elaborada pela burguesia ascensional européia era outra.

Suas formulações, na área de origem, derivavam de condições objetivas; aqui, chegavam apenas os ecos daquelas formulações; as idéias podem ser transplantadas, não as condições objetivas [...] De qualquer forma, a pequena burguesia brasileira espousa os conceitos oriundos da revolução burguesa – e que haviam permitido à burguesia alcançar o apoio das classes trabalhadoras – e balança nas perplexidades da impossibilidade de inseri-los na realidade brasileira. A dicotomia vinha da fase colonial, tendo surgido sempre que encontrara oportunidade: na conjuração mineira, na conjuração baiana, na revolução pernambucana de 1817, para acentuar-se, depois da autonomia, ao longo das rebeliões provinciais da época da Regência, prolongando-se aos movimentos de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, e à Revolução Praieira.

Nessas rebeliões, como nas tormentas parlamentares, aparecem sempre com destaque os religiosos, padres e frades liberais, maçons, conspiradores que usam o púlpito para as pregações políticas, destacam-se nas lides legislativas, são jornalistas destemidos e participam das conspirações e insurreições como elementos de vanguarda e que serão nelas os heróis e os mártires, figuras como Muniz Tavares e José Custódio Dias, como frei Miguelinho e Pe. Mororó, como frei Caneca e Pe. Roma. As formulações desses religiosos, como as dos jornalistas e panfletários, do tipo Soares Lisboa ou Borges da Fonseca, como as dos parlamentares, do tipo Cipriano Barata ou Gonçalves Ledo, como as dos programadores e doutrinários, do tipo Sabino Vieira ou Abreu e Lima, são calcadas em pensamento político transplantado e decorrem da confiança na força normativa da inteligência mais do que do conhecimento, ou, particularmente, da adaptação das idéias à realidade [...]

Realizada a Independência – que só pode ser perfeitamente entendida no amplo quadro de desenvolvimento da revolução burguesa no Ocidente e expansão de seus efeitos na América, abalando a dominação colonial ibérica e impulsionando o rompimento da dominação e do regime de monopólio comercial – tratava-se, para a classe dominante, de organizar o Estado. Para isso, necessitava, desde logo, de quadros; daí a iniciativa da fundação dos cursos jurídicos e a unilateralidade da formação intelectual desinteressada, compatibilizando-se o conhecimento abstrato, a cultura das letras, com a estrutura social, em que aparecia como prenda. O abalo do processo da autonomia chegou à metade do século; a partir de 1850, consolidando o golpe da Maioridade, o Império apresenta a placidez aparente da monarquia, mal escondendo a miséria imensa [...] de latifúndio escravista. A vitrina da monarquia parlamentar, forjada

segundo o modelo europeu, sonega o fundo apagado de um país que se resume em cerca de quatro milhões de habitantes espalhados em alguns núcleos ou áreas, distantes uns dos outros, coalhados em oito e meio milhões de quilômetros quadrados de território, isto é, em densidade média de um habitante em cada dois quilômetros quadrados.

O primado que o Estado concede ao tipo de cultura desinteressada sobre a cultura que se volta para os conhecimentos utilitários e práticos não deriva, como pensam alguns ingênuos, de incompreensão dos dirigentes; deriva, isto sim, das exatas necessidades do Estado que surge em uma sociedade escravista: “O trabalho da terra, como a atividade mecânica e industrial, - escreve um ensaísta – parecia reservado aos ignorantes e incapazes e mal se acomodava com essa espécie de enobrecimento que confere a passagem pela escola, pelos liceus e pelas faculdades, destinadas à preparação para as profissões liberais” [...]

O sentido da transmissão sistemática da cultura, aquilo que, na área particular, que monopolizava o ensino primário e o médio, como na área do Estado, que monopolizava o ensino superior, constituía a cultura da classe dominante, estava no papel selecionador que o aparelho de transmissão cultural exercia, “acumulando, com a sua função específica de transmitir uma determinada herança cultural, de uma geração a outra, a de agências de seleção e de distribuição. O ginásio, preparando para as escolas superiores, e estas, formando bacharéis e doutores, tinham por missão não manter o indivíduo nas ocupações habituais de seu meio, mas de elevá-lo em dignidade social, dar-lhe um título e abrir-lhe, com a inclusão em uma das profissões intelectuais, o acesso ao jornalismo e às letras, aos quadros administrativos e às atividades políticas”.

O atraso no domínio das ciências não decorreu de ato de vontade, portanto, mas de condições objetivas. A efêmera duração da Academia Científica, fundada no Rio de Janeiro, em 1771, seria sinal evidente e significativo de que não era suficiente o ato de vontade para estabelecer aquilo que a sociedade não solicitava. Não se tratava, de forma alguma – como a ideologia do colonialismo pretendeu fixar – de inaptidão natural do brasileiro para a ciência. No campo da ciência, o Brasil continuava a ser apenas objeto, com as expedições estrangeiras que aqui vieram pesquisar, no século XIX, e que se multiplicaram na segunda metade desse século.

A primeira tentativa de sistematização do ensino, após a autonomia, surgiu em 1834, mas sua influência foi mínima e reduzidas as suas pretensões. O regime de descentralização fundado no Ato Adicional permitiu, por outro lado, deixando a iniciativa às províncias, que o ensino médio fosse monopolizado pela área privada; é típico do tempo o Caraça, colégio fundado pelos lazaristas, em 1820, no interior de Minas Gerais, e cujo nome despertava terror, associando

a idéia de instrução à idéia de castigo, característica do escravismo brasileiro. Antes de terminar a primeira metade do século XIX, em 1842, voltaram os jesuítas ao Brasil e dedicaram-se ao ensino, com a pertinácia antiga, fundando vários colégios. Educadores leigos, paralelamente, nas províncias e na capital, organizaram colégios, alguns dos quais ganharam renome. Em 1837, finalmente – dois lustros após a fundação dos cursos jurídicos – surgia o Colégio Pedro II: seu curso de sete anos e a amplitude de seu programa revelava a tendência ao ensino universalista e enciclopédico que constituiu o traço dominante do nível médio, entre nós. Era, pois, uma “educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo”, destinada a “fabricar uma cultura antidemocrática, de privilegiados, apanhando os filhos-família – e o ser “de família” era traço inequívoco de classe – e transformando-os nos meninos tristes que impressionavam os viajantes estrangeiros pela sua aparência adulta e grave, ao mesmo tempo em que marginalizava a mulher, excluída do campo da cultura e reduzida às prendas domésticas, diferentes daquelas destinadas às escravas.

Mas o fato é que, com o advento da corte joanina e particularmente o da autonomia, livro e jornal começaram a circular, pelo menos nas áreas urbanas, o que não acontecera antes. Na imprensa, por largo tempo, preponderou a virulência política, com os problemas personalistas e as campanhas radicais dos pasquins, as folhas efêmeras que atendiam episódios transitórios ou, em alguns casos, enfrentavam questões importantes. O livro, perseguido como subversivo, só compatível com o uso pelos religiosos, começou a circular. Jornais, revistas, livros viviam do apreço ou da curiosidade de reduzidos grupos, da pequena burguesia e da classe senhorial; mas veiculavam as heresias, isto é, aquilo que, por longo período, foi batizado de “francesismo”, perseguido policialmente.

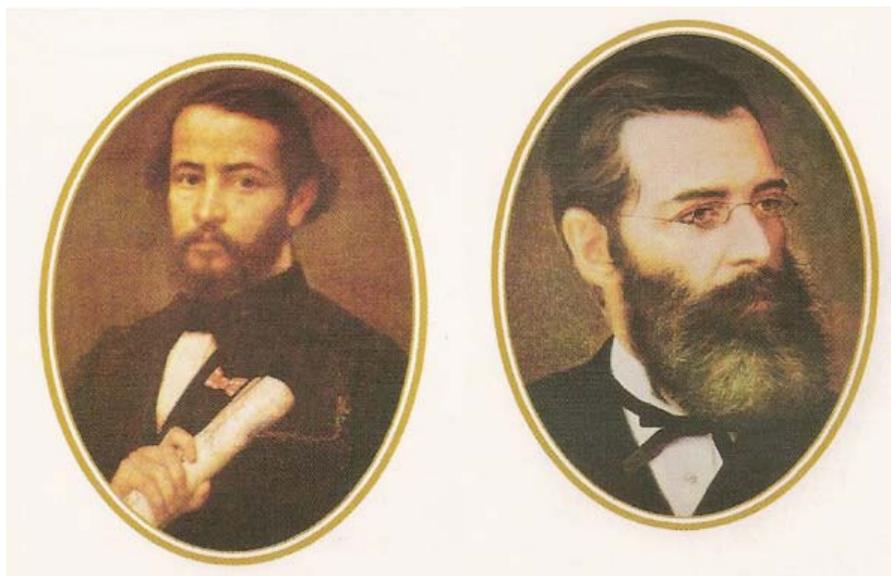
Não surpreende que, nas camadas superiores da pequena burguesia, aquelas que tinham acesso ao ensino e, conseqüentemente, à leitura, encontrassem eco os postulados da ideologia burguesa, triunfante no Ocidente europeu e nos Estados Unidos. Nessas camadas foram recrutados – com papel destacado nas rebeliões e conspirações, desde os fins do século XVIII – aqueles elementos radicais já mencionados, que esposariam apaixonadamente tais postulados, admitindo que pudessem vigorar em nosso país, ainda sob o escravismo [...] Esses elementos letrados da pequena burguesia colocavam-se como aguerrida vanguarda de uma burguesia, a nossa, que mal dava os primeiros passos e que, economicamente insignificante e politicamente nula, não podia, de forma alguma, comparar-se à burguesia européia ou norte-americana [...]

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a economia brasileira havia superado a longa crise que a golpeara desde o declínio da mineração. A lavoura do café expandira-se no vale do Paraíba, nas

províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A produção crescera em ritmo acelerado, passando das 100.000 sacas de 1820 ao milhão de sacas de 1840, aos dois milhões de 1860. Na região centro-sul, surgia um mercado de proporções razoáveis para a época; a cidade de São Paulo estava ligada por ferrovia a Santos, desde 1857. Em um homem como Vergueiro, é já possível encontrar os primeiros traços burgueses, claramente marcados em Mauá. Essas relações capitalistas, porém, surgem e crescem com dificuldade; serão esmagadas pela resistência das predominantes relações escravistas [...] e pelas crises que chegam do exterior, a de 1851, a de 1857, a de 1864.

Desenvolve-se o comércio, particularmente o externo. A vida urbana se amplia. Nela, a mulher e o estudante estabelecem condições de sociabilidade que antes não existiam. Serão as parcelas mais importantes do público que, na época, acompanha as atividades culturais. A imprensa ganha novas características, distinguindo-se os jornais dotados de continuidade e de estabilidade, na multidão das pequenas folhas circunstanciais, que quase desaparecem: o Diário de Pernambuco, no Recife, o Correio Paulistano, em São Paulo, o Jornal do Comércio, no Rio, que ultrapassarão o centenário. Neles – estes e outros, – bem como particularmente em revistas ilustradas, aparecem e triunfam desenhistas e caricaturistas, mestres na sátira política, tipificados em uma figura como a de Ângelo Agostini.

É o desenvolvimento da imprensa que constitui base para o desenvolvimento da literatura, fazendo o Romantismo sua irrupção aqui. Outro traço da transplantação e da alienação inevitáveis numa sociedade escravista, mal emersa da submissão colonial, essa transferência de uma escola com que a burguesia assinalava o seu triunfo no Ocidente europeu. Aqui, entretanto, uma de suas correntes, a indianista, assumirá traços peculiares, ganhará aspectos próprios, assinalando a saída literária possível na sociedade brasileira em que, sendo a classe dominante constituída por senhores de escravos, não caberia a valorização artística do escravo, feita pelos escritores recrutados naquela própria classe dominante ou na pequena burguesia que lhe pretendia imitar os valores e adotar os padrões. Cantar ou descrever belezas naturais ou virtudes do indígena era, ao mesmo tempo, realizar a consagração do que era nosso, sem ferir as normas da classe dominante, sem lhe contestar a dominação. O indianismo, por isso mesmo, é antiluso e ensaia, com Alencar, a reação linguística, inviável naquele tempo. Se as letras românticas chegam ao público, particularmente pela via do folhetim, adotam e alcançam sucesso pela via do teatro, desde aquele que busca tocar as notas do sentimento, com os dramas, até o que busca tocar as notas do riso, com a comédia de costumes, em que encontra destacado lugar a obra de Martins Pena.



Gonçalves Dias e Jose de Alencar: representantes da Literartura Romântica Indianista. (Fonte: Bueno, 2002, p.199).

Se as atividades científicas continuam estagnadas, marginalizadas as tentativas isoladas, devidas ao esforço individual, as artísticas desenvolvem-se lentamente, não aparecendo, na música, nenhuma figura capaz de nivelar-se à do Pe. José Maurício, salvo talvez a de Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional, arrastando-se a pintura no horror ao real, no apego aos motivos grandiosos e principalmente na fascinação pelos temas acadêmicos, balançando entre cenas bíblicas e motivos gregos. É uma arte sem originalidade alguma, que enfatiza a obediência aos modelos europeus, deles fazendo os cânones imperativos, que não se preocupa com o que a cerca, nem mesmo a paisagem, de forma alguma atenta ao povo, de que permanece distante e desligada e que considera incapaz de lhe compreender as realizações. Trata-se, no conjunto, de arte estrangeira, elaborada no Brasil por coincidência ou acidente [...]

Iniciado ainda no século XVIII, mas acentuado no século XIX, o processo de desnacionalização do clero, nítido em seus efeitos na segunda metade deste último, afeta as manifestações culturais, mais no campo das letras, evidentemente, por constituírem os padres e frades elementos fundamentais, quantitativa e qualitativamente, entre os que cultivam aquele campo. O caráter popular, nacional tanto quanto possível, do clero, que fornecera contingente tão numeroso e ilustre às letras como à política, começava a desaparecer e, realmente, extinguiu-se totalmente, distanciando-se os religiosos do povo e não lhe sentindo por isso os motivos e os impulsos. As ordens monásticas apresentavam-se como verdadeiras organizações estrangeiras, no Brasil, e nem mesmo secular ficou isento dessa invasão, contribuindo para transformar o clero de organização aberta em agrupamento fechado. Nesse processo – ainda que os protagonistas fossem

nacionais de berço – figurou a chamada Questão Religiosa, esforço violento pela ortodoxia, embora não possa ser limitada a esse aspecto, numa religião cujas características eram, aqui, a extrema tolerância e a preocupação com as coisas terrenas mais do que com os rigores da ortodoxia.

A fase que apreciamos – situada, em termos cronológicos que devem ser encarados com flexibilidade, entre 1750 e 1870 – fica marcada, ao fim da Guerra com o Paraguai, por mudanças significativas, que rompem a placidez aparente do quadro e vão por em dúvida problemas importantes, inclusive o do próprio regime constitucional. Nessas transformações, a pequena burguesia e particularmente as suas componentes intelectuais, desempenha papel de destaque, abrindo caminho, como aguerrida vanguarda, à nascente burguesia, que avança devagar e manobra em retirada sempre que depara condições de luta mais exigentes. As transformações assinalam a crescente complexidade social que decorre do crescimento da riqueza e da amplitude que o poder político deve assumir. A população, que passara de quatro milhões de habitantes, em 1820, a oito, em 1860, atinge quatorze milhões, em 1890; a produção cafeeira, entre 1860 e 1890, mais do que dobra, passando de 2 a 4,5 milhões de sacas; os primeiros 14 quilômetros ferroviários, implantados por Mauá em 1854, passam a quase 10.000 – 9.973 para dar os números exatos – em 1890. São significativos índices do avanço de uma economia que chegava ao limite, dentro da estrutura e do regime vigente.

A pequena burguesia crescia em número e em influência, buscando formas de participação política e pondo em questão as verdades aceitas. À pressão dessa camada inquieta das áreas urbanas responde o latifúndio escravista com a tendência descentralizadora, visando permitir às oligarquias o controle das províncias. Vão surgir, em conseqüência, as grandes campanhas, mobilizando a opinião; das campanhas surgirão as reformas. Era já difícil aos partidos políticos que simulavam o parlamentarismo imperial assegurar o tranqüilo funcionamento do governo e dar vazão, ao mesmo tempo, às opiniões numerosas que, dentro deles mas principalmente fora, levantavam-se a cada passo. A parcela eleitoral era fração diminuta da camada intelectualmente atraída ao debate dos problemas; os pleitos eram farsas reconhecidas por todos. Para funcionar, conscientemente, como válvula das inquietações circunstanciais, e, inconscientemente, como desaguardouro de inquietações e artificial mas necessária divisão do trabalho, crescia o funcionalismo, absorvendo parcelas da pequena burguesia.

Todas essas inquietações e todos esses descompassos ficam denunciados no surto de crítica que reponta nos últimos decênios do século e que se manifesta sob formas diferentes, conforme as condições locais; no Maranhão, de que é sinal o aparecimento do naturalismo de Aluísio de Azevedo; no Ceará, de que é sinal a ação



Silvo Romero.

(Fonte: www.google.com.br).

do grupo da Padaria Espiritual e documento o romance com que Adolfo Caminha apresenta o quadro de Fortaleza; em Pernambuco, de que é sinal a tarefa destruidora de Tobias Barreto no campo do Direito; em São Paulo, onde a mocidade acadêmica levantava as bandeiras da Abolição e da República; no Rio de Janeiro, onde da tribuna parlamentar, homens como Tavares Bastos equacionavam os problemas e outros, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, defendiam reformas. Essa é, por isso mesmo, a época em que Machado de Assis dá universalidade ao romance, permanecendo fiel, entretanto, à paisagem humana de seu tempo, voltando as costas ao pitoresco da paisagem física; Castro Alves faz da poesia a pregação da liberdade, precursor do avanço burguês que as reformas traduziriam; Euclides da Cunha traça extraordinário painel de uma rebelião camponesa; Sílvio Romero refunde a crítica das letras; Almeida Júnior dá o traço nacional à pintura. Por esses marcos inconfundíveis é possível dimensionar o grau de profundidade e a significação das transformações em curso.

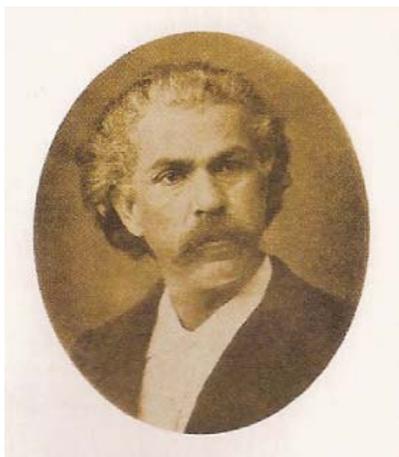
Mas há que aferir, também, suas limitações. Uma delas é transparente, mesmo na obra renovadora das figuras mencionadas e de outras, de menor ou de igual porte. Trata-se daquilo que foi batizado como ideologia do colonialismo. A presença dos elementos mais característicos dessa transformação, sinal visível de subalternidade e de submissão cultural, que era compreensível na primeira fase do desenvolvimento de nossa cultura e ainda na segunda, até meados do século XIX, já não se apresenta dessa forma ao aproximar-se o fim do século. Havia já, na Europa, em processo de expansão, outra ideologia que não a do colonialismo, gerada ali pela classe dominante dos países em etapa pré-imperialista ou imperialista. Não havia aqui, entretanto, condições objetivas ou subjetivas para a aceitação desses novos princípios. Existia, no Brasil, da parte da camada culta, por todos os motivos, afinidade com a ideologia do colonialismo, porque esta não pretendia apenas justificar a expansão e a exploração colonialista, mas a dominação, nas áreas coloniais ou dependentes, da classe que tomava como modelo a burguesia do Ocidente europeu. A mesma ideologia servia, portanto, ao domínio de classe na Europa e no Brasil e ao domínio nacional, na área material e na área cultural, da classe dominante na Europa sobre a classe dominante brasileira. Esta, embora procuradora daquela, imitava-lhe os padrões e aceitava a subordinação material e cultural

Identifica-se como ideologia do colonialismo o conjunto de preconceitos que, justificatórios da dominação e da exploração colonialista, pretendem constituir os suportes científicos dessa dominação e exploração. O mais divulgado deles, o que mais se difundiu e vulgarizou, originado do antropocentrismo que pretendeu constituir a raiz das ciências da sociedade, foi o da superioridade racial: a dominação colonialista corresponderia,

naturalmente, à superioridade dos homens das raças européias, particularmente nórdicas, sobre os homens de outras raças, particularmente as de cor negra e as indígenas americanas. Estas caracterizariam os seus membros como dotados, de inaptidão ao trabalho, sendo preguiçosos. Aqueles caracterizariam seus membros como dotados, naturalmente, de aptidão apenas para as atividades físicas sendo, no mais, definidos como ignorantes, inaptos às atividades “superiores” que demandam conhecimentos. Assim, para o exercício da colonização, os brancos “superiores” estavam naturalmente destinados a dirigir e governar; os indígenas eram imprestáveis para as tarefas peculiares à “civilização”; os negros eram destinados, naturalmente, ao trabalho e aptos apenas a isso, pelo exercício de atividades físicas e necessitando de compulsão, pela violência, para obrigá-los ao exercício dessas atividades.

Nesse conjunto pretensamente científico, conceitos como “raça”, “civilização” e outros passavam a conter a nota ideológica que os inutilizou, passados os tempos, para o uso científico. De outro lado, o esforço ideológico, empolgando uma ciência elaborada pela “raça superior”, ligava ao domínio da genética todos os fenômenos e anomalias, refugando a colocação e a análise deles no domínio do social. Paralelamente, assim, à expansão quantitativa nas ciências da natureza – que assinala as grandes expedições científicas de colheita de material – surgem teorias que colocam a etnologia como domínio capaz de explicar todos os problemas. A geografia, ao mesmo passo, alarga extraordinariamente sua área, procurando englobar a antropologia e até abrigando a que esta, na preservação de sua autonomia, gere a antropologia cultural; a economia, pelo levantamento dos recursos naturais – países “adiantados” são, assim, os que dispõem de ferro e carvão; até a climatologia, que se presta à tese dos “climas superiores”, “propícios ao trabalho”, que seriam os frios e temperados: como as áreas coloniais e dependentes estavam nas partes do globo cortadas pelo equador ou pelo trópico de Câncer, surgiram teses as mais curiosas, classificando as zonas subtropicais como incompatíveis com o homem branco e com a “civilização”, devendo permanecer, assim, como fornecedoras de matérias-primas – aquelas que as áreas industriais do mundo não tinham condições ecológicas para produzir – impróprias que eram, pelas condições climáticas, à produção industrial e a etapas avançadas de “civilização”. A verdade é que quase todos esses preconceitos, alinhados e difundidos com roupagem científica, foram aceitos, aqui, inclusive pelos escritores e pensadores que começavam a exercer uma tarefa crítica de importância, renovando as letras brasileiras.

Continuávamos, na verdade, importadores da cultura artística, sem capacidade para criações originais. Os romances ostentavam, na folha de rosto, o esclarecimento de que eram “brasileiros”; e só por isso se verifica como não o eram. A música estagnara; sua



Carlos Gomes.
(Fonte: Bueno, 2002, p.200).

grande figura, Carlos Gomes, faz ópera italiana sobre motivos nacionais, deslumbrando Verdi. Na pintura, a imitação continua inalterável e, mesmo em Almeida Júnior, sobre motivos caboclos, a forma e o etilo são europeus. Nada é mais expressivo dessa subalternidade artística, própria de cultura colonial, do que dois aspectos que aparecem como naturais e característicos: o primeiro está na prosódia portuguesa adotada como modelo nos palcos, dando a dimensão precária do teatro entre nós; o segundo está na repercussão, em forma de eco, que as escolas literárias encontram aqui, travando-se a luta entre elas, e sucedendo-se e combatendo-se, romantismo e naturalismo, na prosa, e ainda romantismo, parnasianismo, simbolismo, na poesia, tudo isso colorido com o traço grotesco de uma Grécia de cartolina, que aparece na retórica política, na prosa dos ficcionistas e cronistas e até nos versos dos poetas. A profundidade desse impulso, dessa irrefreável tendência para copiar os modelos externos, cujas razões originárias não são estudadas ou compreendidas, encontra-se até nas formas de reação que desperta.

É assim que, nos fins do século XIX, entrando pelo século XX, aparece a tese que assinala o contraste entre as duas faces do Brasil, os dois Brasís: o Brasil cosmopolita, do litoral, todo voltado para o exterior e receptivo às suas influências, e o Brasil autêntico, do interior, em que as velhas raízes conservariam sua pureza original. Este é, portanto, o Brasil verdadeiro. Euclides da Cunha, em seu livro capital, alinha essa tese: o Brasil autêntico de Canudos esmagado pelo Brasil “civilizado” das áreas urbanas do litoral. Esse geografismo é uma forma de alienação reinante. Alienação a que não ficam imunes, assim, as figuras mais destacadas, as mais ilustres, as mais cultas. Exemplo eloqüente dessa alienação é o famoso parecer de Rui Barbosa ao projeto de reforma da educação, em tramitação na Câmara dos Deputados, em 1882 [...] e que, segundo especialista, “é realmente uma obra-prima, como o do ano seguinte, relativo ao ensino primário”, mas nele, “o que se justifica não é um plano de reforma ajustado à realidade nacional, mas um plano ideal e teórico, em que se coordenam, por uma espécie de ecletismo, elementos e instituições discordantes, inspirados nos meios sociais mais adversos, como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos“ [...] Não espanta que residissem no Brasil, ao tempo, os mais numerosos assinantes da *Revue des Deux Mondes* fora da França e que, aqui, o positivismo comtista encontrasse, na camada culta, tantos adeptos, originando-se o movimento de um grupo de estudantes brasileiros formados em Bruxelas. Certos aspectos do positivismo, aliás, permitiriam, aqui, o avanço reformista, que a pequena burguesia intelectualizada comandava, conciliando, no dizer de J. Cruz Costa, essas reformas com os valores tradicionais, com os quais um rompimento frontal teria sido escandaloso.

As camadas cultas, no fim do século XIX, permanecem ilhadas, impotentes os seus elementos para se realizarem como tais; daí as saídas espontâneas, ou a do gosto da arte pela arte, da arte cultivada por si mesma, como afetada forma de distinção, despojada de função social, ou a dispersão na boêmia, que pretende copiar, ainda nisso, formas externas, ocultando o orgulho ferido, que se refugiava, por vezes, também, na erudição isolada e inócua. Tudo revelando a ausência de público para as criações. Daí a preponderância da vida literária sobre a obra literária e o esforço de congregação que se resolve com a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, correspondendo, na sua tendência à seleção e ao brilho social, à tentativa de suprir aquilo que a ausência de público impedia fosse proporcionado aos que se davam às letras. E, ainda aqui, a cópia (com variantes, na verdade), tomando-se como modelo a instituição surgida das condições aristocráticas da França de Richelieu. Mas a verdade é que, de certo modo, correspondia à tradição literária de nossa cultura essa instituição que valorizava indivíduos e lhes conferia o brilho que suas obras não lhes podiam conferir.

Aquela tradição limitava, paralelamente, as marcas do conhecimento especializado e profissional e como que humanizava os que viviam em seus domínios. Numa sociedade em que o desenvolvimento de relações capitalistas era ainda muito lento, as letras qualificavam os elementos que, sem elas, permaneceriam obscuros. Um dos indícios mais evidentes da lentidão referida estava na demora em alargar o espaço concedido ao ensino da engenharia, tão poucas as exigências da sociedade nesse campo. A Escola Central só em 1874 se transformaria em Escola Politécnica; em 1876, era criada, em Ouro Preto, a de Minas; só em 1893 surgiria a Escola de Engenharia, em São Paulo. A mesma lentidão ocorreria quanto às instituições de pesquisa científica e só a grave mancha de infecção que nos diminuía e o prestígio de sanitarista ilustre proporcionou condições para a fundação, no início do século XX, do Instituto Manguinhos. Ao influxo dos quadros ali formados é que surgiriam, pouco a pouco, em São Paulo, o Instituto Biológico e o Instituto Butantã, abrindo caminho ao Instituto Agrônomo, em Campinas, ao de Patologia Experimental, em Belém, ao Borges de Medeiros, em Pelotas. As artes plásticas permaneciam em ritmo também lento de desenvolvimento: depois de Almeida Júnior, as figuras não são destacadas e mantêm-se acadêmicas. Na música, os sucessores de Carlos Gomes são Leopoldo Miguez e Alberto Nepomuceno.

Após o largo movimento que, na passagem do século XIX ao século XX, abala o país, com as questões políticas que impõem reformas – a Religiosa, a Eleitoral, a Militar, a Abolição, a República – alterando, inclusive, o regime, fase de manifestações variadas, em quase todos os campos da cultura, com alguns valores destacados, volta o marasmo a dominar o ambiente [...] Trata-se, realmente, - entre o início do século

XX e o da Primeira Guerra Mundial que, encerrada, parece anunciar, na verdade, o novo século, quatro lustros após a marca cronológica – de uma etapa de transição, em cuja aparente placidez novas forças começam a ser geradas e a crescer”. (Sodré, 1970, p. 36-49).

O BRASIL COMO NAÇÃO

Em meados do século XIX, a capital do Império viu surgir uma nova moda cultural: a de procurar vestígios de antigas civilizações que teriam existido no interior do Brasil antes da chegada de Cabral. Tais incursões, promovidas pelo prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou, mais sucintamente, IHGB, não eram organizadas por lunáticos, mas sim por renomados intelectuais da época que contavam, inclusive, com o apoio do governo imperial. A primeira delas a buscar vestígios arqueológicos nas imediações do Rio de Janeiro, onde se acreditava existir – na Pedra da Gávea, sintomaticamente denominada Esfinge – escritas rupestres de autoria de antigos fenícios.

Embora essas suspeitas não tenham se confirmado, a esperança de novas descobertas não desapareceram. Tanto foi assim que, em 1840, iniciaram-se os preparativos de uma arrojada incursão ao sertão baiano com o objetivo de confirmar informações que circulavam desde o século XVIII, a respeito de uma cidade antiga nas remotas matas do Cincorá. Como seria de esperar, essa expedição, apesar de ter durado vários anos, não obteve sucesso.

Nem tudo, porém, era fracasso. Alguns empreendimentos científicos, embora não vinculados diretamente ao IHGB, resultaram em descobertas surpreendentes. Isso ocorreu, por exemplo, em Lagoa Santa, Minas Gerais, onde o cientista dinamarquês Peter Lund identificou, na década de 1840, fósseis humanos pré-históricos, confirmando as expectativas sobre um antiqüíssimo povoamento do território brasileiro.

Animados com essas descobertas, os membros do IHGB reiniciaram as pesquisas arqueológicas, identificando, em várias partes do território brasileiro, sambaquis – uma espécie de depósito de lixo pré-histórico. Alguns desses depósitos alcançavam dimensões gigantescas e, no entender da época, bem que podiam esconder no seu interior construções monumentais. Foi isso pelo menos o que o erudito Francisco Freire Alemão, que, também na década de 1840, tendo por base informações de um grande sambaquí, escreveu uma monografia a respeito de uma suposta “pirâmide” localizada no Campo Ourique, no Maranhão.

Paralelamente a essa arqueologia fantástica, desenvolveu-se na capital do Império uma lingüística igualmente fantástica, na qual aquele que é considerado o fundador da historiografia brasileira, Francisco Adolfo Varnhagem, procurou demonstrar, por meio da comparação de vocábulos indígenas com os de antigas civilizações,

a origem euroasiática dos povos tupis-guaranis. Com base nesse conjunto de indícios, especulou-se a respeito da origem dos índios do Brasil, quase sempre afirmando que eram “povos decaídos”, ou seja, descendentes de altas civilizações mediterrâneas, como a dos egípcios ou fenícios, que haviam regredido ao estado de selvageria. O imperador d. Pedro II não se furtou ao debate, escrevendo, na década de 1850, aos diretores do IHGB para que procurassem responder o mais rapidamente possível: quais são os vestígios que podem provar a existência de uma civilização anterior aos portugueses? E, mais ainda, em um rompante de etnólogo amador, o imperador sugeriu uma nova questão, interrogando: Existiram ou não as amazonas no Brasil? Aos olhos do leitor atual, esses insólitos empreendimentos científicos podem parecer piada. Na época, porém, o tema era levado a sério. Para compreendermos a razão disso, devemos ter em mente que as buscas arqueológicas oitocentistas eram uma espécie de ponta de iceberg de outra questão fundamental da época: a da identidade nacional brasileira. E essa será a questão de que trataremos a seguir. Conforme mencionamos em páginas anteriores, logo após 1822 surgiram movimentos que questionavam o projeto político imperial carioca e reivindicavam o federalismo ou até a independência de suas respectivas regiões. A luta contra esses movimentos demandou extraordinários recursos humanos e financeiros. Sua evolução também esteve longe de ser linear. Em 1831, abdicação de d. Pedro I ao trono significou uma vitória das forças descentralizadoras, havendo o que se convencionou chamar de “experiência republicana”, tendo em vista a eleição direta de regentes, uma espécie de presidente da época, como foi o caso de Diogo Feijó.

No entanto, a abdicação não diminuiu o ímpeto separatista. Ao contrário, o período que se estende até 1848 foi caracterizado pelo avanço desse segmento. A elite imperial não só ordenou o massacre dos rebeldes das províncias como também procurou criar instituições que viabilizassem o projeto monárquico. Os intelectuais vinculados a esse projeto investiram, por sua vez, no combate aos movimentos separatistas, mostrando que os brasileiros constituíam uma nacionalidade com características próprias. Em outras palavras, para ser viável, o Império deveria não só se impor através da força, como também por meio de boas instituições e de uma identidade coletiva que justificasse a razão de ser da nação que estava se formando.

Para felicidade desses intelectuais, a última questão também era enfrentada por boa parte dos países europeus, em processo de unificação, facultando-lhes assim um conjunto bastante rico de discussões a respeito da construção da identidade nacional. A instituição que centralizou tais debates foi o já referido Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. O IHGB reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação do caráter nacional brasileiro.

Em certo sentido, a estrutura dessa instituição, pelo menos enquanto projeto, reproduzia o modelo centralizador imperial. Assim, enquanto na corte localizava-se a sede, nas províncias deveria haver os respectivos institutos regionais. Estes, por sua vez, enviariam documentos e relatos regionais para a capital, onde se trataria de escrever a “história do Brasil”.

Nas discussões que se seguiram imediatamente à fundação do IHGB, a versão do que seria o elemento central da história nacional, ironicamente, foi definida por um estrangeiro. Segundo o esquema proposto por Karl Von Martius, naturalista alemão, a história do Brasil resultaria da fusão de três raças: branca, negra e índia. Com certeza, nos dias de hoje tal definição não é levada a sério, pois sabemos que a história não é um subproduto das raças. Além disso, do ponto de vista cultural, os três grupos mencionados não formaram unidades homogêneas, nem muito menos mantiveram relações igualitárias no Novo Mundo, como a noção que fusão sugere. Na época, porém, a tese de Martius estava em dia com os mais avançados debates científicos que, por intermédio da análise das diferentes misturas entre anglo-saxões, francos, normandos, celtas e romanos, tentavam explicar as diferentes nacionalidades européias. Talvez a extraordinária repercussão da interpretação adotada pelo IHGB resulte desse pretensão rigor, que encantou não só historiadores, mas também romancistas e poetas.

A “teoria” das três raças se fundindo e formando a nacionalidade apresentava ainda dois atrativos suplementares. Em primeiro lugar, mostrava que os brasileiros eram diferentes dos portugueses, sendo legítimas, portanto, as aspirações de 1822. Em segundo lugar, tal interpretação procurava esvaziar a legitimidade dos movimentos separatistas, unificando, em uma única categoria nacional, o conjunto de habitantes dispersos pelas várias regiões do Império, contribuindo assim para a formação de uma identidade brasileira diferenciada daquela do antigo colonizador.

Mas o sentimento de ser “diferente” em relação aos antigos metropolitanos era abordado pelos intelectuais de maneira contraditória. É bom ter sempre em mente que, tal qual o imperador, boa parte da elite monárquica descendia dos portugueses. Como se bastasse isso, romper totalmente com o passado significava romper com os laços europeus, laços que, segundo o ponto de vista de muitos, coloriam o passado brasileiro com tintas de civilização.

No texto elaborado por Martius, que durante décadas serviu de guia a respeito de “como se deve escrever a história do Brasil”, o tema do contato das três raças é explorado de maneira exemplar. Nele, a contribuição portuguesa para a formação da nacionalidade brasileira é associada a instituições políticas, econômicas e religiosas, em outras palavras, às formas de vida civilizadas. Já a contribuição dos negros é apresentada de maneira contraditória, havendo sucintas alusões aos

conhecimentos dos africanos em relação à natureza e, ao mesmo tempo, a seus preceitos e superstições.

Segundo tal interpretação, o que faria do Brasil uma sociedade positivamente diferente da portuguesa não seria a presença africana – esta, conforme veremos, combatida através de leis favoráveis à extinção do tráfico internacional de escravos –, mas sim a indígena. Em relação a este segmento, a posição de Martius foi a de não mencionar uma contribuição, mas sim indicar que eles eram “ruínas de povos”, ou seja, descendiam de uma antiga civilização que teria migrado para o Novo Mundo e entrado em decadência, regredindo ao estado de selvageria. Ora, essa sutil nuance em relação aos outros dois povos formadores da nacionalidade brasileira tinha importantes implicações. Se refletirmos um pouco, perceberemos que Martius transferiu para o futuro a definição do que seria a contribuição indígena; dependendo dos rumos tomados pelos estudos arqueológicos e lingüísticos, mencionados no início do presente capítulo, essa contribuição poderia ser considerada tão importante quanto a dos portugueses.

Cabe lembrar ainda que, por essa época, os principais centros econômicos do Império contavam com uma população indígena residual. Tal situação abria margem para a análise desse grupo enquanto elemento já incorporado à sociedade brasileira. Haveria, assim, na química simbólica da nacionalidade brasileira, um misterioso ingrediente que, quando estudado com o devido cuidado, poderia revelar um passado monumental, rival até do europeu.

Ora, é justamente nesse ponto que a apropriação de uma tradição indígena, baseada na existência de uma fantasiosa e ancestral “alta cultura”, desempenhou um papel central na “química” da nacionalidade. Aos índios podia ser atribuído o que, supostamente, faltava ao negro, permitindo-lhe rivalizar com os brancos. Da ótica do pequeno grupo de intelectuais que, na época, refletiu a respeito da identidade nacional brasileira, os primeiros habitantes do Brasil passaram a ser vistos como portadores de valores que até os portugueses da Época Moderna, marcados pela ânsia do lucro e do acúmulo de bens materiais, haviam perdido. Para os autores que adotaram esse tipo de concepção, o mundo indígena teria conservado a nobreza, a generosidade e a bravura do mundo antigo, valores que não existiam nas sociedades contemporâneas. A tradição indígena – ou a invenção dessa tradição – fornecia, por assim dizer, os ingredientes que faltavam para fazer do brasileiro um ser diferente do português, mas nem por isso inferior.

Boa parte da literatura brasileira do século XIX, como as clássicas obras produzidas por Gonçalves Dias e José de Alencar, estende raízes nesse intrincado debate. A cada “ossinho” encontrado em cavernas, a cada desenho rupestre identificado, a cada novo rumor de cidades perdidas nas selvas, cresciam as expectativas a respeito

das descobertas de altas civilizações indígenas que teriam existido no território brasileiro. Essas expectativas, por sua vez, devido às características da vida intelectual no Império, conquistaram um público bem mais amplo do que o restrito grupo de sócios do IHGB. Por essa época, havia no Brasil muito pouca especialização da atividade intelectual. Um indivíduo podia, ao mesmo tempo, ser magistrado, jornalista, romancista, poeta, historiador, arqueólogo, naturalista, transitando, assim, em diversas áreas do conhecimento. Para compreendermos as conseqüências dessa situação, é necessário sublinhar que, nas primeiras décadas do século XIX, observamos no Brasil o florescimento do romantismo. Em linhas gerais, os românticos caracterizavam-se pelo ecletismo filosófico, propondo criar um meio-termo entre ciência e religião; estranha combinação que, pelo menos entre alguns autores da época, desdobrava-se em uma aproximação da ciência com a literatura e a poesia. O romantismo também fazia oposição à idéia de que as sociedades tinham a mesma origem, evoluindo da mesma maneira, ou ainda que a história humana fosse guiada por algum objetivo, como aquele relativo à busca do progresso ou da liberdade. Ao contrário das teorias evolucionistas do século XVIII, os românticos não classificavam as nações como atrasadas, mas sim como diferentes entre si.

Ao considerar a nacionalidade como algo a ser descoberto, o romantismo em muito contribuía para a superação intelectual da experiência colonial. Daí, inclusive, a busca pelo passado indígena. Justamente por não se saber ao certo a origem dos índios, as descobertas arqueológicas que estavam para ser feitas poderiam sugerir novas formas de entender e de valorizar a identidade nacional brasileira. Cabia aos intelectuais aprofundar os estudos e criar meios pedagógicos de sua divulgação. Misturando arqueologia com poesia, lingüística com romance de folhetim, pintura com ópera, foram elaboradas, representadas, divulgadas e debatidas explicações de como o Brasil se tornou brasileiro. O leitor, caso queira confirmar isso, deve folhear os antigos números da Revista do IHGB, visitar museus que conservam quadros de Victor Meireles, ouvir um CD de Carlos Gomes, ou então correr à estante e abrir, em uma página qualquer, algum romance de José de Alencar”. (Priore e Venâncio, 2010, p. 170-176).

CONCLUSÃO

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 significou o início de uma nova fase da cultura brasileira. Fase que recebeu a marca da visita de cientistas e de artistas europeus, do Romantismo e, mais tarde, do Realismo, na literatura, da corrente indigenista, da busca de uma identidade nacional, das escolas de ensino superior, especialmente daquelas ligadas ao direito, da produção científica, do positivismo, dentre outras.

RESUMO

A marca da influência européia no Brasil, um dos traços marcantes da cultura letrada no Brasil, ganhou maior relevância após a instalação da Corte portuguesa no país. É no decorrer do século XIX, mas especialmente depois de 1870, que vão se apresentando formas de manifestação culturais reveladoras das mudanças em curso: acesso de brasileiros ao ensino superior, especialmente na área jurídica, crescimento de uma camada social intermediária, a imprensa como meio de contestação, a rapidez das mudanças no mundo, etc. Um aspecto interessante desse ambiente cultural é a busca de uma identidade nacional para o Brasil.



ATIVIDADES

1. Destaque os pontos que mais chamaram sua atenção no texto de Nelson Werneck Sodré sobre a história da cultura no Império.
2. Faça uma pesquisa sobre os sergipanos Tobias Barreto e Sílvio Romero e entenda a importância que tiveram na cena cultural do período estudado.
3. Resuma o texto de Priore e Venâncio sobre a Identidade Nacional.



REFERÊNCIAS

- BARATA, Mário. As Artes Plásticas de 1808 a 1889. . In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 3. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II.
- COSTA, João Cruz. O Pensamento Brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 3. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II.
- LACOMBE, Américo jacobina. A Cultura Jurídica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 3. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. A Literatura durante o Império. : HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 3. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II.

SOUZA, Sílvia Cristina. **As noites do Ginásio: Teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.